

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS -**  
**EPPEN**

**GIOVANNA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS**

**A APOSENTADORIA DE PESSOAS TRANSGÊNERAS NO REGIME GERAL**  
**DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Osasco**

**2021**

GIOVANNA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS

A APOSENTADORIA DE PESSOAS TRANSGÊNERAS NO REGIME GERAL  
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso  
submetido à Universidade Federal de São Paulo  
como parte dos requisitos necessários para a  
obtenção do grau Bacharel em Ciências  
Atuariais, sob a orientação do Professor Dr.  
Dan Rodrigues Levy.

Osasco

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco  
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M386a MARTINS, Giovanna Cristina de Oliveira  
A aposentadoria de pessoas transgêneras no regime geral  
de previdência social / Giovanna Cristina de Oliveira Martins. -  
2021.

38 f. :il.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Atuariais) -  
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,  
Economia e Negócios, Osasco, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Dan Rodrigues Levy.

1. Aposentadoria. 2. Transgêneros. 3. Regime geral de  
previdência social. 4. Direito Previdenciário. I. Levy, Prof. Dr.  
Dan Rodrigues, II. TCC - Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 368.400981

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, gostaria de agradecer a minha família. Especialmente meus pais, que sempre me apoiam em minhas decisões, fazem o possível e o impossível para que eu conquiste todos os meus sonhos, me dão força e todo o incentivo necessário para ultrapassar todos os obstáculos da vida.

Ao Prof. Dr. Dan Rodrigues Levy, pela oportunidade de construir esta pesquisa e por todo o suporte necessário que foi oferecido, contribuindo ativamente para a melhoria da mesma.

À Universidade Federal de São Paulo e todos os docentes, pelo ambiente construtivo que me proporcionou uma gigantesca expansão de conhecimento, agregando também grandes oportunidades à minha vida.

Enfim, agradeço a todos os meus colegas e amigos que, direta ou indiretamente, participaram da minha jornada no curso e me apoiaram nessa caminhada.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cálculo do Fator Previdenciário. ....	16
Figura 2 – Perfil das vítimas da transfobia, por idade (%). ....	23
Figura 3 – Óbitos da população brasileira agrupados por faixa de idade (%). ....	24
Figura 4 – Você se sente seguro no Brasil? (%). ....	25
Figura 5 – Perfil das vítimas da transfobia, por atividade econômica (%). ....	27

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Alíquota de contribuição mensal para Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso a partir de 1º de março 2020.....	15
Tabela 2 – Alíquota de contribuição mensal para Contribuinte Individual e Facultativo 2020. .....	15

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
IAPAS	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOPS	Lei Orgânica de Previdência Social
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1: A APOSENTADORIA NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Aposentadoria por Idade.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2 Aposentadoria por Tempo de Contribuição .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 2: AS CONDIÇÕES DE PESSOAS TRANSGÊNERAS NA SOCIEDADE .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Expectativa e Qualidade de Vida .....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 Mercado de Trabalho .....</b>	<b>26</b>
<b>CAPÍTULO 3: A INCLUSÃO DE PESSOAS TRANSGÊNERAS NO BENEFÍCIO DA APOSENTADORIA .....</b>	<b>28</b>
<b>3.1 A Invisibilidade das Pessoas Transgêneras na Previdência Social.....</b>	<b>28</b>
<b>3.2 Regime Jurídico da Aposentadoria para Pessoas Transgêneras.....</b>	<b>30</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>36</b>



## INTRODUÇÃO

A aposentadoria no Brasil tem se tornado um tema cada vez mais relevante nas discussões atuais. Alvo de reforma recentemente, a aposentadoria faz parte da Previdência Social que, em conjunto com a Saúde e Assistência Social, formam os pilares da Seguridade Social, sistema que assegura direitos dos cidadãos brasileiros, conforme disposto no artigo 194 da Constituição Federal de 1988.

As regras usadas de base para o cálculo da aposentadoria por idade e tempo de contribuição no país levam em consideração o gênero do contribuinte e, quando este pertence ao gênero feminino, necessita de uma idade menor e menos contribuições. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), a diferença dos critérios da aposentadoria para mulheres se justifica pela desigualdade do acesso ao mercado de trabalho e suas condições no Brasil, além do dever de reconhecer o trabalho reprodutivo feminino, que tornaria a jornada de trabalho feminina maior que a dos homens.

Levando em consideração a diferença dos critérios de aposentadoria para mulheres em função da desigualdade do acesso ao mercado de trabalho e suas condições, existem inúmeras parcelas da sociedade que também apresentam dificuldades, com maior marginalização, em função da situação imposta pelo preconceito existente na sociedade que impõe barreiras também nos acessos à educação e qualidade de vida. Uma destas parcelas são transgêneros e travestis, que se identificaram com o gênero diferente daquele atribuído no nascimento, mas não possuem explicitamente uma diferença dos critérios de aposentadoria com esta maior marginalização.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é realizar uma reflexão acerca da aposentadoria de pessoas transgêneras, cujas condições de trabalho e qualidade de vida são inferiores a muitas parcelas da população – como, por exemplo, pessoas cisgêneras - mas

seguem o mesmo modelo de aposentadoria de todos os cidadãos brasileiros. A transgeneridade é um tema que está ganhando visibilidade com o passar das décadas, porém, ainda assim, este grupo social se encontra em situação de alta vulnerabilidade.

A pesquisa possui como foco a construção de fatores em seu desenvolvimento que sustentam a conclusão a respeito do problema apresentado. Para tanto, o tipo de pesquisa a ser adotada possui fins explicativos, ou seja, procura aprofundar o conhecimento sobre a realidade a partir da identificação dos fatores responsáveis por causar o fenômeno apontado como tema (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Com este propósito de aprofundamento do conhecimento, a metodologia a ser utilizada utiliza como fonte de informações os materiais já publicados a respeito do tema, além da análise da Constituição Federal e jurisprudência, portanto, o procedimento técnico a ser adotado possui meios documentais e bibliográficos. A coleta de dados desta pesquisa se dará por meios secundários, sendo extraídos de arquivos, dossiês e relatórios publicados por terceiros. Desta forma, a informação utilizada para sustentar as evidências, que comporão a conclusão do tema, se encontram previamente sintetizadas, organizadas e consolidadas.

Para isso, será necessária a conceitualização do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), através da exposição dos benefícios que este oferece e os critérios para a garantia destes, com foco no pilar da aposentadoria deste regime jurídico. Além disso, é de suma importância o entendimento das condições que a sociedade atual oferece para as pessoas transgêneras alcançarem o benefício de se aposentarem quando puderem adquirir este direito, evidenciando as oportunidades de trabalho, a qualidade de vida e o potencial deste grupo social atingir a terceira idade.

Este projeto de pesquisa será limitado na abordagem do conceito do Regime Geral de Previdência Social, regido pela Lei 8.213, de 4 de julho de 1991, com foco no benefício

da aposentadoria no Brasil. Além disso, este estudo será restrito apenas ao grupo social de pessoas que fizeram a alteração do gênero no registro civil, sem limitação de gêneros, etnias ou classe social dentro do mesmo, e este trabalho se mostra imprescindível pela necessidade de investigação da real efetividade de aplicação das atuais regras de concessão do benefício da aposentadoria para pessoas transgêneras.

Nesta conjuntura, é possível presumir que a aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social, apesar de ter sido alvo de reforma recentemente, ainda não é efetiva para cidadãos transgêneros. A hipótese de pesquisa a ser comprovada no fim do trabalho é de que este grupo social possui pleno direito à aposentadoria, entretanto, dificilmente conseguem chegar ao ponto de receber o benefício por conta das condições de trabalho, baixa qualidade e expectativa de vida, os quais são submetidos por falta de políticas de inclusão social direcionadas a pessoas transgêneros.

Portanto, cabe analisar se o atual Regime é aplicado de forma adequada a estas pessoas para entender a necessidade da existência de uma legislação específica a este grupo social para contribuir ao desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva.

## **CAPÍTULO 1: A APOSENTADORIA NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

No Brasil, o primeiro marco jurídico do sistema previdenciário se deu em 1923, pela aprovação da Lei Eloy Chaves - decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Este decreto - considerado como origem da Previdência Social - levou nome do deputado federal que a propôs como forma de estreitar relações e amenizar os ânimos dos ferroviários, uma vez que o Estado temia que uma nova greve geral atingisse o sistema ferroviário e impactasse a economia do país - que dependia em sua maioria deste setor (WESTIN, 2019).

Com isso, foram instituídas as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) das empresas ferroviárias do país, onde cada uma das CAPs era responsável pelo recolhimento das contribuições dos patrões e dos funcionários para o pagamento da aposentadoria daqueles que possuíam minimamente 50 anos de idade e 30 anos de serviço neste setor. Entretanto, a Lei Eloy Chaves não foi facilmente aceita pelas ferrovias do país, que inicialmente não realizavam suas contribuições aos CAPs, além de insistirem que os 30 anos de serviço deveriam ser contados a partir da aprovação do decreto – o que levava a mais 30 anos de trabalho para os ferroviários que já poderiam adquirir o benefício. Este fato só se inverteu a partir da pressão que o presidente Arthur Bernardes aplicou nas empresas, que cederam temendo perder os contratos de concessão do serviço ferroviário.

Porém, houve uma grande pressão social por conta da instituição de uma previdência apenas para o sistema ferroviário do país. Esta pressão, associada ao crescimento da população urbana e ao aumento dos sindicatos, levou ao surgimento de um sistema previdenciário em 1930, organizado por autarquias de categorias de profissionais a nível nacional, que unificou os CAPs existentes, e foram conhecidas como Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs).

Estes Institutos, por serem divididos por categorias profissionais, logo foram se tornando heterogêneos, uma vez que os participantes com renda superiores possuíam mais recursos financeiros e políticos para exigirem sua representação política. Com isso, foi surgindo a necessidade de unificação do sistema previdenciário, para que todos os trabalhadores possuísem os mesmos direitos e condições, resultando na Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS) – lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 – que estabeleceu uma legislação única para os IAPs.

A partir de então, a Previdência Social do Brasil teve como marco em sua história a unificação de seis IAPs: IAPM, IAPC, IAPB, IAPI, IAPETEL e IAPTEC, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS, 2017). Este, chamado também de INPS, foi regulado pelo Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, e reuniu todas as ações da previdência e assistência social para os trabalhadores.

Posteriormente, na década de 70, houve a necessidade de realizar a unificação dos sistemas de previdência social, assistência médica e assistência social, resultando na criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS).

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, que tratava da concessão e manutenção dos benefícios; IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, que cuidava da arrecadação, da fiscalização e da cobrança das contribuições previdenciárias; INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, que prestava assistência médica; LBA – Fundação Legião Brasileira de Assistência, que prestava assistência social à população carente; FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que executava a política voltada para o bem-estar do menor; DATAPREV – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social, que cuida do processamento de dados da previdência social; CEME – Central de Medicamentos, que distribuía medicamentos, gratuitamente ou a baixo custo. (GOES, 2015, p. 5)

Subsequentemente, foi alterado o regime de previdência social para o que conhecemos atualmente: com a Constituição Federal de 1988, foi consolidado o conceito da seguridade social, pautado nos pilares da Previdência Social, Saúde e Assistência Social.

O Regime Geral de Previdência Social trata-se de um conjunto de leis que determinam direitos, deveres e responsabilidades relacionados à garantia da previdência

social, sendo essa o pagamento de prestações decorrentes da incapacidade do cidadão de exercer sua atividade remunerada. Esta garantia se encontra sob responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – resultante da fusão do INPS com o IAPAS, organização pública pertencente ao Ministério da Economia, e “é o regime de previdência mais amplo, responsável pela proteção da grande maioria dos trabalhadores brasileiros” (GOES, 2015, p. 16).

Conforme defendido no artigo 201 da Constituição Federal Brasileira, o Regime Geral de Previdência Social possui caráter contributivo e de filiação obrigatória (BRASIL, 1988), ou seja, a partir da contribuição mensal ao regime, o cidadão pode usufruir do direito à previdência social. Além disso, é determinado que o valor mínimo a ser recebido dado a incapacidade de exercício da atividade remunerada será superior ao salário mínimo vigente.

A filiação obrigatória ao Regime Geral de Previdência Social se aplica, conforme disposto no artigo 11 da Lei 8.213, de 4 de julho de 1991, às seguintes pessoas físicas: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual (pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou de extração mineral; ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada; brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo; pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não; entre outros), trabalhador avulso (quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício) e segurado especial (a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele, na condição de produtor, pescador artesanal ou companheiro e filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade). (BRASIL, 1991).

A estes filiados obrigatórios, é submetida a contribuição a partir de alíquotas definidas pelo INSS, com atualização em 1 de março de 2020. Para empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, a organização pública determina alíquotas de 7,5% a 14%,

aplicáveis sobre cada faixa de salário de contribuição, conforme a tabela 1. Para o contribuinte individual e facultativo, as alíquotas sobre o salário de contribuição se apresentam em três categorias (conforme tabela 2): 5%, para pessoas de baixa renda com dedicação exclusiva ao trabalho doméstico - dono (a) de casa - ou que não possuam renda própria, mas não oferece ao contribuinte o direito à aposentadoria por tempo de contribuição; 11% para contribuintes que desejam uma contribuição previdenciária reduzida, porém também não oferece o direito à aposentadoria por tempo de contribuição; e alíquota de 20%, que garante os direitos às aposentadorias. (INSS, 2017).

Tabela 1 – Alíquota de contribuição mensal para Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso a partir de 1º de março 2020.

<b>Salário de Contribuição (R\$)</b>	<b>Alíquota</b>
Até R\$ 1.045,00	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9,0%
De R\$ 2.089,61 até R\$ 3.134,40	12,0%
De R\$ 3.134,41 até R\$ 6.101,06	14,0%

Fonte: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS, 2017).

Tabela 2 – Alíquota de contribuição mensal para Contribuinte Individual e Facultativo 2020.

<b>Salário de Contribuição (R\$)</b>	<b>Alíquota</b>
R\$ 1.045,00	5,0%
R\$ 1.045,00	11,0%
R\$ 1.045,00 até R\$ 6.101,06	20,0%

Fonte: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS, 2017).

Para o cálculo do salário de benefício, são computadas as contribuições realizadas a partir de 29 de novembro de 1999 – data em que entrou em vigor o Decreto n° 3.265, que alterou o regulamento da previdência social – e então será considerada apenas a média dos 80% maiores recolhimentos das contribuições realizadas neste período.

Além disso, com a publicação da Lei 9.876, de 26 de novembro de 1999, foi instituído um índice baseado na expectativa de sobrevida, tempo de contribuição e idade do segurado: o fator previdenciário. Este fator foi criado com o propósito de permitir que as pessoas se aposentassem mais cedo, mas ao mesmo tempo, incentiva o trabalhador a trabalhar por mais tempo antes de solicitar o benefício da aposentadoria - uma vez quanto menor a idade do cidadão, mais este fator se torna um redutor do benefício a ser recebido.

Figura 1 – Cálculo do Fator Previdenciário.

$$f = \frac{Tc \times \alpha}{Es} \times \left[ 1 + \frac{(Id + Tc \times \alpha)}{100} \right]$$

Onde:

$f$  = fator previdenciário;

$Es$  = expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria;

$Tc$  = tempo de contribuição até o momento da aposentadoria;

$Id$  = idade no momento da aposentadoria;

$\alpha$  = alíquota de contribuição correspondente a 0,31.

Fonte: Lei n° 9.876, de 26 de novembro de 1999 (BRASIL, 1999).

O fator previdenciário é aplicado sobre o salário de benefício do segurado, e resulta no valor da aposentadoria a ser recebido pelo mesmo. Porém, este valor e a aplicação do fator previdenciário difere de acordo com o benefício solicitado pelo segurado.

A partir da filiação e contribuição mensal ao INSS, o cidadão possui pleno direito à aposentadoria, sendo quatro categorias diferentes, com regras diferentes para cálculo do salário benefício, de acordo com a necessidade ou desejo do contribuinte: aposentadoria por



invalidez, aposentadoria especial, aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de contribuição.

A aposentadoria por invalidez é um benefício oferecido ao contribuinte que apresenta doença ou lesão que resultam na permanente incapacidade de exercer qualquer atividade laboral ou que também não haja a possibilidade de inserção em outra profissão. Este benefício é disponibilizado enquanto houver a doença ou lesão, sendo esta condição avaliada a cada dois anos pelo Instituto Nacional de Seguro Social.

Já aposentadoria especial, é um benefício oferecido ao contribuinte que exerceu sua jornada de trabalho sob exposição a agentes nocivos à saúde, de forma contínua, ininterrupta e acima dos limites estabelecidos em legislação.

As categorias de aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de contribuição, modalidades que se encontram no foco desta pesquisa, serão dispostas a seguir.

### **1.1 Aposentadoria por Idade**

A aposentadoria por idade pode ser adquirida pelo contribuinte ao completar 60 anos, se mulher, e 65 anos, se homem. Para isso, o cidadão deve ter contribuído durante o período mínimo de 180 meses, considerado o período de carência para o plano.

Esses limites são reduzidos em cinco anos para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal (art. 201, § 7º, inciso II, da Constituição de 1988, com a redação da Emenda Constitucional n. 20/1998). (CASTRO; LAZZARI, 2018, p. 589)

Este tipo de aposentadoria é devido ao segurado empregado em duas condições, conforme estabelecido no artigo 49 da Lei 8.213, de 4 de julho de 1991: a primeira, a partir do desligamento do emprego, quando da solicitação do benefício até esta data ou em até noventa dias; a segunda, a partir da data do requerimento, quando não decorrer do

desligamento do emprego ou após o prazo determinado na primeira condição (BRASIL, 1991).

Com a reforma da previdência, em vigor desde 16 de novembro de 2019, houve alteração na idade mínima para segurados do gênero feminino. Serão acrescidos seis meses à idade mínima, a cada ano, até completar 62 anos de idade na regra (BRASIL, 2019).

Na aposentadoria por idade, o fator previdenciário é aplicável de forma facultativa, ou seja, o Instituto Nacional do Seguro Social realiza dois cálculos, sendo o primeiro com o fator previdenciário aplicado e o segundo sem a aplicação do mesmo, e então concederá ao cidadão aquele que for mais vantajoso (GOES, 2015).

## **1.2 Aposentadoria por Tempo de Contribuição**

A aposentadoria por tempo de contribuição é devida ao segurado que completar 30 anos de serviço, se do gênero feminino, e 35 anos de serviço, se do gênero masculino. As condições estabelecidas para o benefício são 180 contribuições mensais de carência, seguindo também o artigo 49 da Lei 8.213, de 4 de julho de 1991. Entretanto, não há uma idade mínima para solicitar o benefício.

Embora criticada por muitos doutrinadores, é da tradição da Previdência Social brasileira a aposentadoria por tempo de atividade laborativa, razão pela qual, em que pese ter sido extinta a aposentadoria por tempo de serviço, permanece a noção de aposentadoria por tempo de atividade, com o surgimento de nova modalidade de jubilação. (CASTRO; LAZZARI, 2018, p. 605)

Este tipo de aposentadoria se divide em duas regras para obtenção. A primeira regra, chamada de “86/96 progressiva”, exige que a soma da idade do segurado e o tempo de contribuição ao INSS completem 86 pontos para as mulheres e 96 pontos para os homens, e a aplicação do fator previdenciário para o cálculo deste benefício é opcional. A segunda regra de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição não segue o atingimento de pontuação de acordo com o gênero do segurado, e sim a exigência somente do tempo mínimo

de contribuição de 30 e 35 anos para mulheres e homens, respectivamente. Porém, a aplicação do fator previdenciário para o cálculo do benefício é obrigatória nesta regra. (INSS, 2017).

Assim como disposto no art. 194 da Constituição Federal de 1988, o regime jurídico da Previdência Social tem como objetivo disponibilizar à sociedade o atendimento e a cobertura universal; ainda, “o direito à Seguridade Social e à Previdência Social são Direitos e Garantias Fundamentais previstos nos arts. 6º e 7º da Constituição Federal, ou seja, um direito de todos” (ALVES, 2018, p. 185), portanto, todos os trabalhadores possuem direito à aposentadoria independentemente de suas condições físicas, orientações e identidade de gênero.

Entretanto, deve ser feita uma reflexão sobre quão abrangente é o atual regime jurídico da Previdência Social quando diz respeito à disponibilidade de informação, alcance e o acesso do mesmo pela população. Mesmo sendo um direito universal aos cidadãos, a constante evolução da sociedade e políticas de inclusão estão dando voz às minorias sociais, trazendo mais visibilidade aos problemas e obstáculos que ainda se encontram em seus caminhos.

A minoria social em foco, pessoas transgêneras, possuem grandes obstáculos para o alcance de sua identidade de gênero, quanto para atingir o benefício da aposentadoria - que não possui ao menos uma definição específica de como abranger essa parcela da sociedade.

## **CAPÍTULO 2: AS CONDIÇÕES DE PESSOAS TRANSGÊNERAS NA SOCIEDADE**

Primeiramente, o termo “transgênero” foi cunhado pelo psiquiatra americano John Oliven, da Universidade de Columbia, no seu livro *Higiene Sexual e Patologia* em 1965 e, a partir deste, o termo se popularizou (BARIFOUSE, 2018).

Pessoas transgêneras, comumente chamadas somente como “trans”, podem ser denominadas como “as que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado” (JESUS, 2012) e enfrentam processos de reconhecimento legal, social e/ou físico para o gênero que se identificam. Dentro do conceito de transgêneros, estão incluídas as pessoas transexuais – transgêneros que realizam procedimentos para reconhecimento legal, social e físico; e travestis – transgêneros que “vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero” (JESUS, 2012).

Ainda, é importante destacar que a transexualidade está relacionada à identidade de gênero, e não à orientação sexual de um indivíduo – esta que “corresponde ao sentimento, interesse, atração afetiva e sexual por pessoas do sexo biológico oposto (heterossexualidade), do mesmo (homossexualidade), de ambos (bissexualidade), de qualquer sexo (pansexualidade) ou de nenhum deles (assexualidade)” (FREITAS; VITA, 2017).

Já a identidade de gênero, segundo o artigo 1 do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, pode ser definida como “dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.” (BRASIL, 2016).

É de grande importância destacar as grandes conquistas que as pessoas transgêneras alcançaram perante o país e a nível mundial. Ainda no Decreto n° 8.727, de 28 de abril de 2016, é alcançado no Brasil o reconhecimento da identidade de gênero de transexuais e travestis e a utilização do nome social, podendo este ser requerido pelo próprio cidadão para ser incluído em documentos oficiais e em todos os registros dos órgãos de administração pública.

Vale ressaltar também que, em junho de 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) deixou de incluir o chamado “transtorno de identidade sexual” ou “transtorno de identidade de gênero na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) – ou seja, a OMS deixou de considerar a transexualidade como uma doença ou distúrbio mental - atendendo a uma demanda do movimento transgênero internacional e das organizações de travestis e transexuais também no Brasil (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2018). Esta alteração, apesar de ter sido realizada em 2018, entrará em vigor somente a partir de 2022.

Apesar destas conquistas nos últimos anos, pessoas transgêneras se encontram em lutas diárias contra preconceitos e discriminações na sociedade, identificados como “transfobia”. A dignidade e o respeito, mesmo sendo condições devidas às pessoas pelos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, ainda se mostram longe de fazerem parte do cotidiano desta parcela da população.

Em nosso país, o espaço reservado a homens e mulheres transexuais, e a travestis, é o da exclusão extrema, sem acesso a direitos civis básicos, sequer ao reconhecimento de sua identidade. São cidadãs e cidadãos que ainda têm de lutar muito para terem garantidos os seus direitos fundamentais, tais como o direito a vida, ameaçado cotidianamente. (JESUS, 2012).

A transfobia se mostra presente em diversos aspectos da vida de pessoas transgêneras, é refletida nas condições de sobrevivência a que a sociedade submete esta parcela da população. Uma destas condições é “a ausência desta categoria na grande maioria dos bancos de dados de estatísticas oficiais” (SOUZA, 2015), ou seja, a escassez de

informações sobre o quantitativo de pessoas trans, nível de escolaridade, faixa salarial e condições de moradia nos principais institutos de dados e pesquisas no país – como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo - contribui para a invisibilidade deste grupo social, pois as baixas condições não são evidenciadas e consequentemente a elaboração de políticas públicas contra a transfobia é prejudicada.

Para suprir a necessidade de dados referente a pessoas trans, diversos coletivos e associações no Brasil se reúnem para divulgações, com frequências determinadas pelos mesmos, com informações e pesquisas a respeito do tema. Uma destas associações - a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) – realiza divulgações anuais de um dossiê a respeito dos assassinatos e violência contra esta parcela da população do ano de referência.

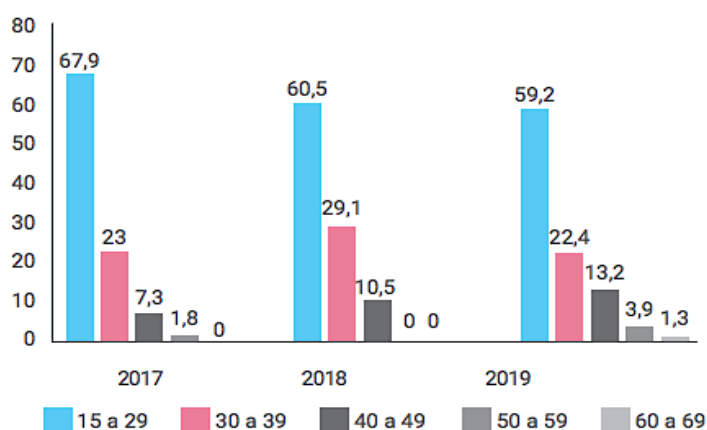
## **2.1 Expectativa e Qualidade de Vida**

Além das condições a que pessoas transgêneras são subordinadas, a transfobia atinge principalmente o direito à vida. O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais do mundo, com 124 assassinatos em 2019 e 151 assassinatos no período de janeiro a outubro de 2020, submetendo esta população a uma expectativa de vida de apenas 35 anos, alcançando somente metade da expectativa de vida média nacional (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

A Associação Nacional de Transexuais e Travestis, a partir das notícias e informações recebidas, estabelece – considerando os elementos mais comuns nos casos de assassinatos levantados pelo dossiê – um perfil das vítimas deste crime contra a vida. Uma das informações divulgadas a respeito deste perfil é a idade em que transgêneros são

assassinados: 59,2% das vítimas se encontram entre 15 e 29 anos de idade, e, além disso, apenas 1,3% desta parcela da população se encontra em idade apta para a solicitação do benefício da aposentadoria por idade, conforme figura 2.

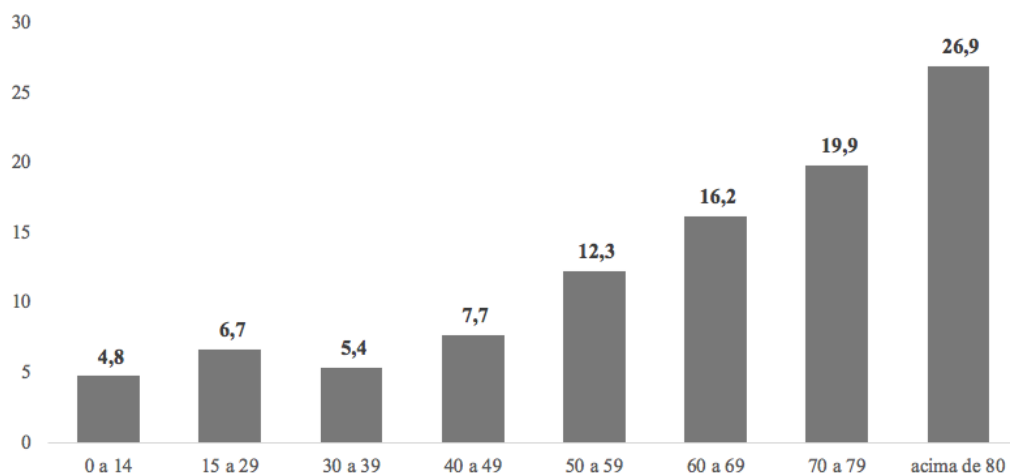
Figura 2 – Perfil das vítimas da transfobia, por idade (%).



Fonte: BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020.

Paralelamente, os dados divulgados a respeito da mortalidade de brasileiros pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) nos revelam que a realidade da população brasileira total é totalmente oposta dos números apenas da população transgênera. De acordo com a figura 3, com dados extraídos do veículo de informação, a concentração da mortalidade da população brasileira está concentrada na população idosa, na faixa de idade acima de 60 anos, acumulando 63,0% dos óbitos registrados no ano de 2013 – período mais recente divulgado pelo DATASUS. Além disso, dentre os óbitos divulgados com idade acima de 60 anos, a faixa de idade de 80 anos e mais detém a maior concentração de indivíduos – evidenciando que apesar de a maior parte da taxa de mortalidade ser da população idosa no Brasil, ainda se consegue atingir a idade mínima para a solicitação do benefício da aposentadoria e usufruir, mesmo que por apenas alguns anos.

Figura 3 – Óbitos da população brasileira agrupados por faixa de idade (%).



Fonte: DATASUS. Gráfico elaborado pela autora, 2021.

Ademais, a maior parte das vítimas é negra, pobre e se considera do gênero feminino; utilizam da prostituição como fonte de renda; assassinadas por meio cruel, com excesso de violência, principalmente nas ruas desertas e no período noturno, além de não possuírem relação direta, social ou afetiva com o assassino (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

Os casos mais citados pela imprensa são: ameaças de morte, agressões físicas, exploração sexual, roubos cometidos por clientes, constrangimento e violência ao usar o banheiro de acordo com sua identidade de gênero, em todos os espaços sociais, como escolas, shoppings, etc. São inúmeros os desaparecimentos, mortes provocadas pelo uso de silicone industrial em pleno 2019, assédio moral no espaço laboral, violência doméstica, psicológica, discriminação no SUS, transfobia praticada por parte da imprensa e a mais perversa de todas, a exclusão familiar. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 52).

Ainda, é exposto pela ANTRA que “nos poucos casos em que a acusação é conduzida, os crimes, geralmente, ficam impunes ou os assassinos são soltos, mesmo tendo confessado, em diversos casos” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020). Uma tentativa de contribuir para a diminuição dos assassinatos, ou para a acusação dos criminosos, é o projeto



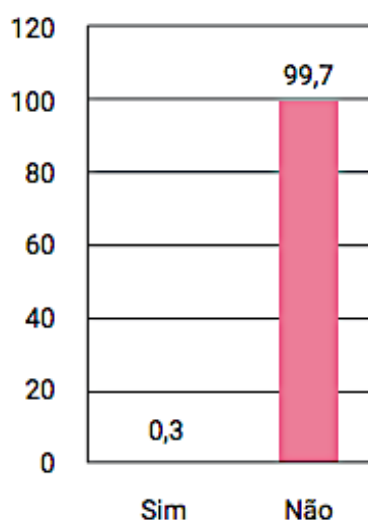
de lei 8.032 de 2014 da Deputada Federal Jandira Feghali, ainda em tramitação, que amplia a proteção da lei 11.340 de 2006 às pessoas transgêneras.

A lei 11.340 de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, assegura em seu artigo 2º “as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social”, independente de orientação sexual, classe social, etnia, nível educacional, entre outros (BRASIL, 2006).

Dentre outras medidas, a Lei Maria da Penha tipifica as situações de violência doméstica, proíbe pena de multa aos agressores, amplia a punição de um para até três anos de prisão e determina o encaminhamento das vítimas, assim como de seus dependentes, a programas de proteção e de assistência social. (MIRANDA, 2015).

Atualmente, a cobertura da Lei Maria da Penha a transgêneros é aplicada por alguns juízes no Brasil, que entenderem que a lei tem como propósito a aplicabilidade às mulheres, sem distinção de gênero de atribuição no nascimento (NOVAES; ROSSI, 2015). Entretanto, o projeto de lei 8.032 de 2014 se mostra imprescindível para reforçar e evidenciar esta cobertura à todas as mulheres do país, sendo um avanço no direito da população trans e também uma perspectiva de mudança nos índices absurdos de violência contra transgêneros.

Figura 4 – Você se sente seguro no Brasil? (%)



Fonte: BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara, 2020.

Apesar da extensão da Lei Maria da Penha para travestis e transexuais, a falta de punição dos agressores e assassinos aliada ao preconceito enraizado na sociedade resultam na insegurança dos transgêneros no país. De acordo com a figura 4, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil, apenas 0,3% dos entrevistados por meio da rede social *Facebook*, equivalente a 4 pessoas dentre 1.350 usuários participantes da pesquisa (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020) sujeita a enviesamento, afirmaram que se sentem seguras no Brasil – reforçando que a vida das pessoas trans está permeada de medo, preconceito e luta.

## 2.2 Mercado de Trabalho

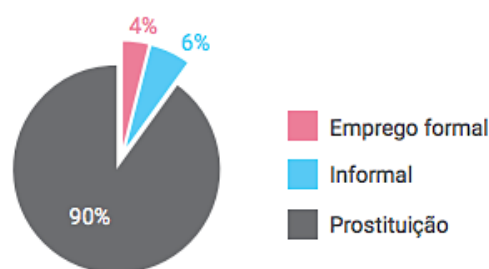
No último dossiê divulgado, a ANTRA estimou que 13 anos é a idade média em que transexuais e travestis são expulsos de casa por conta do preconceito familiar (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020). Esta estimativa nos leva a reflexão de que estes adolescentes ao serem expulsos de casa precocemente, sem uma estrutura domiciliar sólida, dificilmente continuam os estudos, levando a um menor nível de escolaridade

Além da falta de estrutura domiciliar, a evasão do ambiente escolar por transgêneros se dá por conta do preconceito, *bullying* (prática de atos violentos físicos e psicológicos constantes contra uma vítima), exclusão e punição por conta da orientação de gênero. Ainda, “o impacto emocional da violência escolar e da rejeição familiar sobre jovens trans é devastador: de acordo com uma pesquisa realizada nos EUA, quase 50 por cento dos(as) jovens trans consideraram tirar suas próprias vidas” (FEDORKO; BERREDO, 2017, p. 9).

O impacto da evasão do ambiente escolar, o preconceito por parte da família e a marginalização de transgêneros pela sociedade, se concretiza ao observar os dados referente

à empregabilidade de pessoas transgêneras no Brasil. É estimado pela associação que somente 4% das mulheres trans e travestis se encontram no mercado de trabalho formal, com condições de progressão de carreira; 6% estão em condições de atividades informais e subemprego; os alarmantes 90% da população trans feminina e travestis possuem renda proveniente da prostituição (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

Figura 5 – Perfil das vítimas da transfobia, por atividade econômica (%).



Fonte: BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara, 2020.

Estas informações, de acordo com a figura 5, demonstram o resultado do preconceito e da dificuldade desta parcela da população em alcançar vagas de emprego formais para sobrevivência. Esta dificuldade reflete, também, que é de grande necessidade o incentivo e a ajuda de empresas com projetos de inserção de transgêneros no quadro de funcionários.

O Brasil naturalizou um projeto de marginalização das travestis. A maior parte da população Trans no país vive em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 10).

A inclusão de travestis e transexuais no mercado de trabalho formal é de extrema importância também para o atingimento da aposentadoria por tempo de contribuição. Recorrer à prostituição como forma de sobrevivência conduz que a renda dificilmente permitiria uma contribuição mensal para a Previdência Social – que comprometeria parte dos difíceis ganhos adquiridos desta forma de trabalho.

### **CAPÍTULO 3: A INCLUSÃO DE PESSOAS TRANSGÊNERAS NO BENEFÍCIO DA APOSENTADORIA**

A elaboração da Previdência Social com um sistema previdenciário desenvolvido sob uma visão binária de gênero, dividindo a obtenção do benefício da aposentadoria em critérios para o gênero feminino e masculino – sendo mais brandos para o primeiro, foi pautada na necessidade social correspondente à sua criação. Entretanto, com as transformações da sociedade e com o grupo social em questão ganhando cada vez mais espaço e visibilidade, é necessária uma reflexão acerca de sua abrangência e efetividade.

(...) se a realidade social evoluiu e descortinou manifestações identitárias/performativas de gênero não previstas pelo legislador, é necessário verificar se essa ação afirmativa também se justifica em se tratando de transexuais e travestis, a partir da análise das condições de vida dessas pessoas, considerando o sentido objetivo da lei. (LEITE, 2019, p. 7).

De acordo com o artigo 2 da lei 8.213, de 24 de julho de 1991, a previdência social tem como um de seus princípios a “universalidade de participação nos planos previdenciários” (BRASIL, 1991). No entanto, a previdência social sob visão binária não se mostra adequada na sua aplicabilidade a este grupo social, ou seja, os requisitos para a garantia deste direito não abrangem a realidade de pessoas transgêneros no Brasil.

#### **3.1 A Invisibilidade das Pessoas Transgêneras na Previdência Social**

Primeiramente, o sistema previdenciário brasileiro é atualmente dividido de maneira binária, possuindo diferentes critérios de acesso à aposentadoria em função do gênero do cidadão: caso seja do gênero feminino, as regras para a obtenção do benefício são mais brandas em função da maior vulnerabilidade das mulheres na sociedade, dificuldade de acesso e permanência no mercado de trabalho, além do trabalho reprodutivo feminino

(IPEA, 2019). No caso de uma pessoa transgênera, que realizou alteração do seu gênero no registro civil, esta pertenceu aos dois critérios em sua vida mas não é mostrado de maneira explícita na lei 8.213, de 24 de julho de 1991, qual é o critério a ser utilizado para este grupo social – se pertence somente ao gênero atribuído, ao gênero que se identifica ou participaria de algum critério específico.

A descrição do gênero de outra forma, ao ser estabelecido apenas dois padrões específicos permitem a opressão e discriminação com os demais, sendo importante uma análise de todo o aparato social, bem como seu desenvolvimento para atualizar as leis, pautando sempre na inclusão. (MACHADO, 2020)

Além disso, conforme exposto anteriormente, apenas 4% das mulheres trans e travestis se encontram no mercado de trabalho formal (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020), que se enquadrariam ao critério de filiação obrigatória às contribuições mensais aos planos previdenciários brasileiros. Dos 96% restantes dos participantes deste grupo social, não é exposto pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais qual o tipo de ocupação que se encontram, ou se esta faz parte dos critérios de filiação obrigatória da previdência social, dificultando medir a aderência ao acesso do benefício da aposentadoria.

Ainda, a marginalização das pessoas transgêneras no benefício da aposentadoria no Brasil é evidenciada pela idade mínima de requerimento do mesmo pela aposentadoria por idade. O critério de 60 e 65 anos completos para a solicitação do benefício para os gêneros feminino e masculino, respectivamente, torna-se inviável para a população trans, que possui uma expectativa de vida de 35 anos, com mínimas exceções que conseguem chegar a tal idade do critério para requerimento.

A reforma da previdência, realizada por meio da emenda constitucional n° 103 de 19 de novembro de 2019, não explicita a inclusão e a regra a ser abordada para esta parcela da população, mesmo sendo realizada recentemente e já possuir um grande debate a respeito do assunto na ciência. A alteração da idade mínima para o gênero feminino reforça ainda mais a falta de inclusão da população que não sobrevive para alcançar o benefício da

aposentadoria, além de ignorar todas as dificuldades, o preconceito e a invisibilidade que a população trans enfrenta durante toda a vida.

Inserir a perspectiva de gênero nas políticas sociais, ultrapassando as barreiras do sexismo, é um grande avanço na diminuição das desigualdades sociais, corroborando com a máxima legislativa da Constituição Federal de 1988, que assegura o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida. (SOUZA, 2015, p. 11).

Segundo o informe de previdência social de outubro de 2015, não existem dados de pesquisas oficiais do país que informa a quantidade de pessoas transgêneros com acesso aos benefícios oferecidos pelo sistema previdenciário brasileiro e, além disso, não é encontrada diretriz que inclua uma visão mais ampla da perspectiva de gênero na previdência social, para a inclusão de pessoas trans (SOUZA, 2015), evidenciando novamente o problema da invisibilidade destas pessoas e a não efetividade dos atuais planos de aposentadoria para esta parcela da população.

Além de todo o exposto, a condição aplicada ao gênero feminino na obtenção do benefício da aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social – condição de vulnerabilidade e, portanto, regras e requisitos mais brandos para a obtenção – deveria também ser adaptada às pessoas transgêneros, levando em consideração todo o panorama de falta de oportunidades de emprego formal, menor acesso à educação, metade da expectativa de vida do restante da população e toda a situação de vulnerabilidade social a que o grupo é submetido pela sociedade.

### **3.2 Regime Jurídico da Aposentadoria para Pessoas Transgêneras**

O debate acerca da aposentadoria para pessoas transgêneras no Brasil permeia estudos de diversas áreas científicas, em busca de atingir um entendimento melhor sobre a forma de contribuição e regras para a obtenção do benefício para essas pessoas. Atualmente,

sem lei específica para a aposentadoria de transgêneros, os direitos e deveres destes são aplicáveis de acordo com a perspectiva jurídica de sua nova identidade de gênero dos registros oficiais (NUNES; LEHFELD, 2017) e entende-se, portanto, que pessoas transgêneras devem seguir as regras de aposentadoria de acordo com a informação de gênero que consta em seu documento oficial.

“(...) a aposentadoria do transexual pelo seu sexo pretendido, enquanto não há lei específica sobre o caso, deverá ser efetivada após apresentação dos documentos que provem essa condição. Porém, mesmo assim, como os transexuais estão à mercê de lei, não há garantia que seus direitos serão efetivados, sendo necessário que se elabore normas para regulamentar a aposentadoria do cidadão transexual. Ato esse que contribuirá para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitário.” (LIMA, 2017).

Entretanto, diversos autores estabelecem algumas propostas para um regime de aposentadoria mais justo e aplicável para pessoas transgêneras. Uma proposta a ser abordada conta com uma regra híbrida entre os critérios existentes no Regime Geral de Previdência Social, baseada no sistema de proporcionalidade, que consideraria, portanto “o tempo de serviço/contribuição, o estado civil que estava no momento laboral e fazer o cálculo da conversão de tempo de serviço com o atual estado civil” (ALVES, 2018), com a aplicação de um cálculo matemático simples de proporção, conhecido popularmente como regra de três.

Neste sentido, se prevalecer o direito a intimidade de gênero, na aposentadoria por tempo de contribuição, com o registro civil transformado em masculino teria prejuízo, pois teria que trabalhar por mais 5 anos e o contrário, com o estado civil transformado em feminino, trabalharia 5 anos a menos. (ALVES, 2018).

Esta proposta, aplicável tanto para a aposentadoria por idade, quanto para a aposentadoria por contribuição, visa um maior equilíbrio entre a atividade já praticada pelo indivíduo que está solicitando o benefício e a preservação do sistema previdenciário, evitando assim um déficit entre as contas.

Há também a visão de transformação do sistema previdenciário, partindo do sistema binário atual para um sistema unificado, sem diferenciação de idade, atribuições ou condições biológicas (MACHADO, 2020), mantendo uma única forma de contribuição e

idade para solicitação do benefício. Esta proposta remete o entendimento ao artigo 5º da Constituição Federal de 1988, em que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” e “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Porém, ambas as propostas de alteração do regime previdenciário ainda não levam em consideração todas as dificuldades, já expostas, enfrentadas pelos transgêneros na conquista da aposentadoria. Então, pensando em minimizar estas dificuldades, uma reflexão baseada em uma abordagem constitucionalista foi elaborada, pensando principalmente no bem-estar e na vulnerabilidade do grupo social em questão.

A abordagem constitucionalista parte da conclusão de que transgêneros estão em um estado inconstitucional de existência (LEITE, 2019), ou seja, estão em um estado que exige abordagens de autoridades constitucionais, uma vez que pessoas trans se encontram marginalizadas. Esta proposta de previdência abrangeria todos as mulheres trans, homens trans e travestis, os proporcionando critérios mais brandos de aposentadoria que são fornecidos ao gênero feminino no regime atual de previdência social.

É sugerida, nessa proposta, a inclusão de homens transgêneros nos critérios mais brandos de aposentadoria. Esta inclusão de homens em critérios que no regime atual são de poder do gênero feminino pode ser justificada pela permanência na posição de vulnerabilidade em toda a vida da pessoa: quando do gênero feminino – que apesar de não se identificar, estar constando em seu registro civil – por todo o fardo ao qual as mulheres são submetidas; e posteriormente ao gênero masculino a que se identifica, por atuar em uma posição de transgênero e pertencer a um grupo social de marginalização na sociedade.

Penso que a condição de hipervulnerabilidade desse grupo social, os valores e fins constitucionais aplicáveis ao sistema de Seguridade e Previdência Sociais e o sentido objetivo da distinção de critérios prevista na lei autorizam a adoção de medidas afirmativas, sob pena de lhes ser negado o próprio direito à inativação. Aliás, a conta é ainda mais complicada do que isso: como garantir direito à aposentadoria por pessoas com expectativa média de vida estimada de 35 anos? (LEITE, 2019).



Ainda, há uma proposta com os mesmos princípios da abordagem constitucionalista – com a adoção de critérios mais brandos da regra atual de aposentadoria para todas as pessoas transgêneras, levando em consideração toda a vulnerabilidade do grupo social – mas que defende também a adoção de um terceiro gênero (FREITAS; VITA, 2017) nas regras do Regime Geral de Previdência Social, para que as pessoas transgêneras se enquadrem no terceiro gênero de forma a preservar todos os direitos reservados a este grupo social, sem demais problemas nos registros da previdência.

As duas últimas abordagens, considerando um critério mais brando para a aposentadoria de transgêneros, se mostram com um ponto de partida importante para a sociedade. Apesar de não levar em conta a expectativa de vida de pessoas trans e o baixo acesso ao mercado de trabalho formal, a iniciativa de incluir uma regra que especifique na legislação da Seguridade Social a abordagem para brasileiros que realizaram a alteração do gênero no registro civil já se mostra um grande avanço – dos inúmeros necessários – para que haja uma reparação histórica pela marginalização de pessoas que querem somente respeito por sua identificação de gênero e, além disso, que seja em conformidade com toda a situação atual do sistema previdenciário, de forma a não impactar ainda mais as contas previdenciárias.

## CONCLUSÃO

Como visto, a transgeneralidade é um aspecto ligado à identidade de uma pessoa que se identifica com o gênero oposto ao qual lhe foi atribuído no nascimento. As pessoas trans – podendo ser transgêneros, transexuais ou travestis – batalham para o reconhecimento legal e social do gênero ao qual se identificam, recorrendo a diversos procedimentos para a garantia de seus plenos direitos defendidos pela legislação.

Entretanto, o reconhecimento legal e social do gênero não é a única batalha a ser enfrentada por este grupo social. Junto com a identidade de gênero, os transgêneros lutam diariamente contra preconceitos e discriminações da sociedade, esta que os sentencia ao espaço de exclusão extrema, com dificuldade ao acesso aos direitos civis básicos por conta da transfobia.

Esta exclusão determinada aos transgêneros se reflete também no acesso ao direito à aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social. O regime de aposentadoria no Brasil é de abrangência universal, porém, no decorrer da pesquisa, é possível confirmar a hipótese inicial apresentada de que o atual Regime de Previdência Social não é efetivo para a população trans do país, uma vez que a precariedade do mercado de trabalho e baixo acesso a empregos formais, somados a uma expectativa de vida de apenas 35 anos desta parcela social, refletem que o benefício não é aplicado de maneira a minimizar a vulnerabilidade destas pessoas.

Além da vulnerabilidade social das pessoas transgêneras, foi possível verificar também a limitação a respeito do método documental e bibliográfico. A escassez de informações a serem utilizadas como fonte de dados governamentais, oficiais e em fundações especializadas em pesquisas no Brasil denunciam, ainda, que a aposentadoria de transgêneros no Regime Geral de Previdência Social é um assunto que se encontra brando e

ofuscado da realidade brasileira, com grande dificuldade de uma mudança efetiva de inclusão deste grupo.

Finalmente, são mostradas algumas abordagens resultados de pesquisas de alguns autores. Primeiro, uma proposta que considera a proporcionalidade das contribuições e regras de aposentadoria em cada um dos gêneros que a pessoa pertenceu na vida. Segundo, a proposta de unificação do sistema previdenciário brasileiro, que penalizaria todos aqueles que necessitam historicamente de critérios mais brandos para a obtenção do benefício da aposentadoria.

Já a abordagem constitucionalista e a adoção do terceiro gênero na regra da Seguridade Social, defendem que a aposentadoria deve levar em consideração a vulnerabilidade das pessoas trans – apresentada durante a pesquisa - respeitando todas as dificuldades enfrentadas por este grupo social.

Por fim, concluímos que, acima de tudo, as pessoas transgêneras necessitam de uma proposta de aposentadoria no Brasil que não só considere todos os obstáculos enfrentados por esta parcela da população, mas que também leve em conta o princípio fundamental da Constituição Federal de 1988: a dignidade da pessoa humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO. **Fator Previdenciário**. 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/fator-previdenciario#:~:text=F%C3%B3rmula%20matem%C3%A1tica%20utilizada%20para%20definir,aposentadoria%20conforme%20tabela%20do%20IBGE>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ALVES, Hélio Gustavo. **A transexualidade e seus reflexos no direito previdenciário**. Revista de Previdência Social, v. 42, n. 448, p. 183–192, mar., 2018.

BARIFOUSE, Rafael. **Como ser transgênero foi de 'aberração' e 'doença' a questão de identidade**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-44651428>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

BENEVIDES, Bruna G.. NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Assassinatos contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/11/boletim-5-2020-assassinatos-antra.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2021.

BENEVIDES, Bruna G.. NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.265, de 29 de novembro de 1999**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3265.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3265.htm)>. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm)> Acesso em: 30 dez. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm)> Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)> Acesso em: 30 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9876.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9876.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 8.032, de 28 de outubro de 2014**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=623761>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 21. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2018.

DATASUS. **Óbitos notificados ao SIM segundo Faixa Etária**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?obitocorr/cnv/obitocorr.def>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FEDORKO, Boglarka. BERREDO, Lukas. **O círculo vicioso da violência: pessoas trans e gênero-diversas, migração e trabalho sexual**. Transrespeito versus Transfobia no Mundo, v. 19, out, 2017. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/01/TvT-PS-Vol19-2017.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FLUMINHAN, Vinícius Pacheco. Transsexualidade e Aposentadoria no Regime Geral de Previdência. 2015. Disponível em: <<http://viniciusfluminhan.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Transsexualidade-e-aposentadoria-no-regime-geral-de-previd%C3%A2ncia.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FREITAS, Matheus Silva de. VITA, Jonathan Barros. **Distinção de gênero para fins de aposentação e a tutela jurídica das pessoas transsexuais**. Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica, v. 22, n. 1, jan-abr 2017. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/316653954>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

GOES, Hugo. **Manual de Direito Previdenciário - Teoria e questões**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Texto para discussão nº 2466. **A questão de gênero na idade para a aposentadoria no Brasil: elementos para debate**. Brasília, 2019. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9235/1/TD\\_2466.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9235/1/TD_2466.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (INSS). **Aposentadoria especial por tempo de contribuição**. 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/aposentadorias/aposentadoria-por-tempo-de-contribuicao/aposentadoria-por-tempo-de-contribuicao>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (INSS). **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/aposentadorias/aposentadoria-por-tempo-de-contribuicao/aposentadoria-por-tempo-de-contribuicao>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (INSS). **Breve Histórico**. 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/breve-historico>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (INSS). **Tabela de contribuição mensal.** 2017. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/calculo-da-guia-da-previdencia-social-gps/tabela-de-contribuicao-mensal/>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (INSS). **Valor das Aposentadorias.** 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/aposentadorias/aposentadoria-por-tempo-de-contribuicao/valor-das-aposentadorias>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** 2ª edição. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

LEITE, Diogo Arthur Santos. **Regra de aposentadoria aplicável a transexuais e travestis: análise de proposições interpretativas à legislação previdenciária brasileira.** 2019. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13361/1/21485175.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

LIMA, Melina. **Aposentadoria dos Transexuais: aplica-se as regras para homem ou mulher?** 2017. Disponível em: <<https://melina92.jusbrasil.com.br/artigos/494635798/aposentadoria-dos-transexuais-aplica-se-as-regras-para-homem-ou-mulher?ref=feed>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

MACHADO, Lorrany Ferreira. **Transexualidade e os reflexos previdenciários no Brasil ano 2020.** 2020. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-previdenciario/transexualidade-e-os-reflexos-previdenciarios-no-brasil-ano-2020/>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **OMS retira transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais.** 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

MIRANDA, Tiago. **Lei Maria da Penha poderá valer para transexuais e transgêneros.** 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/448728-lei-maria-da-penha-podera-valer-para-transexuais-e-transgeneros/>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

NOVAES, Marina. ROSSI, Marina. **A luta das mulheres trans para serem amparadas pela Lei Maria da Penha.** São Paulo, 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/28/politica/1440785949\\_845355.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/28/politica/1440785949_845355.html)>. Acesso em: 30 dez. 2020.

NUNES, Danilo Henrique; LEHFELD, Lucas de Souza. **O transgênero e o direito previdenciário: omissão legislativa e insegurança jurídica no acesso aos benefícios.** Disponível em: <<http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/27ixgmd9/1go0lmzj/4uzqVV29vK9eQ4aK.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, 2013. Disponível em: < <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SOUZA, Fábio Costa de. **Transgeneridade e sistema de proteção social no Brasil: o caso do sistema previdenciário brasileiro**. Informe da Previdência Social, Brasília, v. 27, n. 10, out. 2015. Disponível em: <[http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/informe\\_2015.10.pdf](http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/informe_2015.10.pdf)>. Acesso em: 4 jan. 2021.

WESTIN, Ricardo. **Primeira lei da Previdência, de 1923, permitia aposentadoria aos 50 anos**. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivos/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>>. Acesso em: 5 jan. 2021.